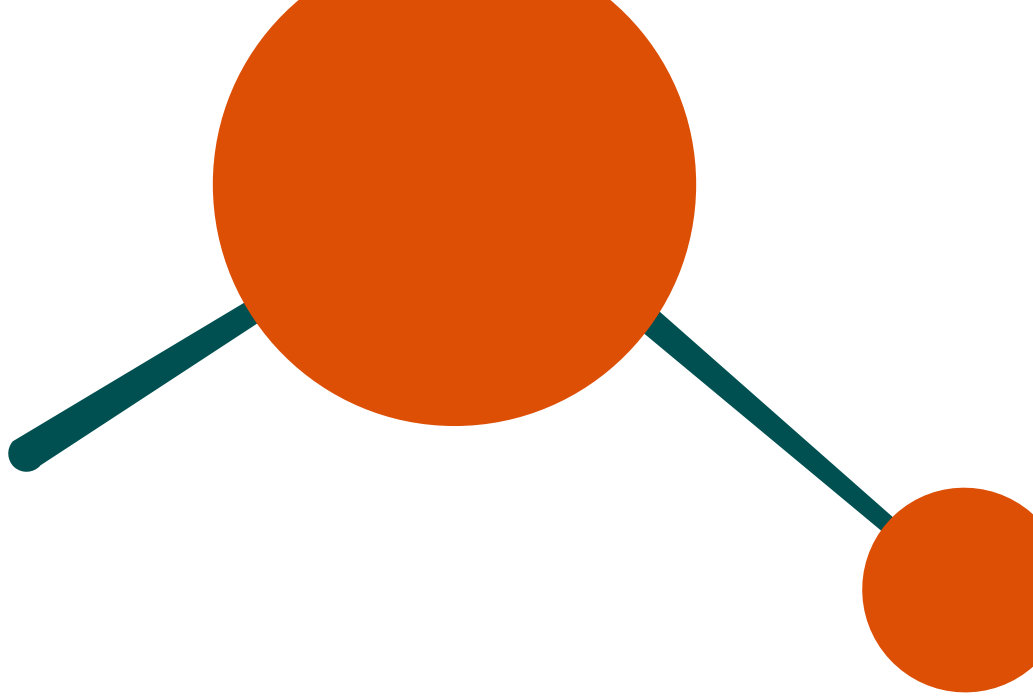




RELATÓRIO CONTÁBIL FNDCT 2019

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT
SECRETARIA EXECUTIVA DO FNDCT – FINEP



Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Órgão 24901)

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

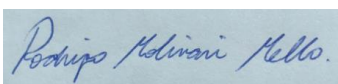
As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- 656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA
- 657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA
- 773 TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Estas restrições foram registradas em função de constar no órgão 24901 atrasos na finalização de prestação de contas de convênios, subvenções e TED's.

Porém, a respeito destas inconsistências é importante registrar que a Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo, já mantém monitoramento com o TCU no intuito de normalizar esta situação, através de entendimentos registrados nos processos dos Acórdãos 3.235/17 e 528/19.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2020.



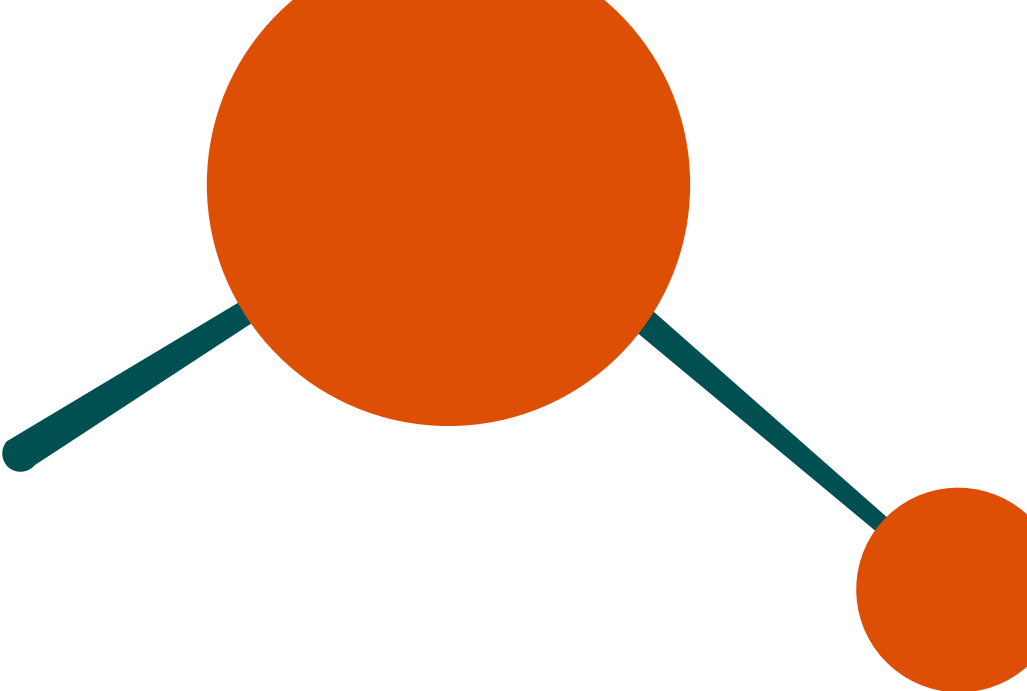
Rodrigo Molinari Mello

Gerente do Departamento de Contabilidade do FNDCT

Contador

CRC-RJ - 079218/O-4

CPF 043.064.997-58



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT
SECRETARIA EXECUTIVA DO FNDCT – FINEP

SUMÁRIO

Lista de Gráficos, Quadros e Tabelas	5
Apresentação	6
Demonstrações Contábeis Consolidadas	7
Balanço Patrimonial	7
Demonstração das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário	9
Balanço Financeiro	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas	15
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	15
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	16
3. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis	16
4. Caixa e equivalentes da caixa	16
4.1. Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16
4.2. Superávit Financeiro	17
5. Créditos a Receber	18
5.1. Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18
6. Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada – TED	19
7. Investimentos	20
8. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20
9. Demais Obrigações a Curto Prazo	20
10. Transferência Financeiras a Comprovar - TED	22
11. Resultado Patrimonial, Financeiro e Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	22
11.1. Informações Preliminares	22
11.2. Resultado Patrimonial	22
11.3. Esclarecimentos adicionais sobre o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa	25
12. Resultado Orçamentário	25
12.1. Receita Orçamentária	25
12.2. Despesa Orçamentária	25
12.3. Resto a Pagar	26
13. Atos Potenciais e Controle de Prestação de Contas	26
13.1. Atos Potenciais Passivos	27
13.2. Atos Potenciais Ativos	27
13.3. Prestação de Contas (contratos não vigentes)	27
14. Tomada de Contas Especial	28
15. Partes Relacionadas	28

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Limite de saque com vinculação de pagamento	16
Quadro 2 – Detalhamento do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte de Recursos	17
Quadro 3 – Composição por Superávit	17
Quadro 4 – Composição Passivo Financeiro	18
Quadro 5 – Créditos a Receber – Composição	18
Gráfico 1 – Empréstimos Finep – Detalhamento	19
Quadro 6 – Contas a Pagar – Composição	20
Quadro 7 – Convênios e Subvenções a Liberar – Detalhamento	21
Quadro 8 – Demonstração das contas de anulação de efeito de resultado na UG 240901	22
Quadro 9 - Resultado Patrimonial do Exercício	23
Quadro 10 - Resultado relativo às operações que geraram ganho financeiro	23
Quadro 11 - Resultado relativo às aplicações dos recursos disponíveis	23
Quadro 12 - Resultado relativo às aplicações dos recursos disponíveis (por instrumento)	24
Quadro 13 - Resultado Patrimonial relativo às operações sem efeito financeiro	24
Quadro 14 – Resultado Patrimonial Consolidado (por operação)	25
Quadro 15 – Convênios (detalhados por situação)	26
Gráfico 2 – Relação de Convênios Vigente/Não Vigente	27
Quadro 16 – Atos Potenciais Passivos	27
Quadro 17 – Atos Potenciais Ativos	27
Quadro 18 – Detalhamento dos Convênios Não Vigentes	28
Quadro 19 – TCE Consolidado	28
Quadro 20 – Relação FNDCT x FINEP	29
Quadro 21 – Recursos operados pela FINEP	29

APRESENTAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, é um fundo de natureza contábil que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País, não possuindo pessoal e estrutura física própria. A Finep tem a função de Secretaria Executiva do fundo, responsabilizando-se por todos os atos de natureza técnica, orçamentária, financeira, contábil e administrativa necessários à gestão do FNDCT.

O FNDCT foi regulamentado com a publicação da Lei nº 11.540/2007 e do Decreto nº 6.938/2009. Essa regulamentação estabeleceu, entre outros, o modelo de gestão e governança do FNDCT, que define sua administração por um Conselho Diretor (CD) vinculado ao MCTIC.

Em seu início, não era atribuída ao FNDCT nenhuma receita vinculada a taxas ou impostos. Visando garantir uma arrecadação própria para o FNDCT, foi estabelecido, a partir de 1997, um conjunto de ações programáticas setoriais, os Fundos Setoriais, destinadas a vincular receitas e garantir uma arrecadação. As receitas que alimentam os Fundos Setoriais têm diversas origens, tais como: royalties, parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, CIDE, compensação financeira, direito de passagem, licenças e autorizações, doações e empréstimos.

No que concerne às modalidades de apoio, os recursos do FNDCT podem ser aplicados das seguintes formas:

- a) não reembolsável, para financiamentos de projetos de ICTs, projetos de cooperação entre ICTs e empresas, projetos de subvenção econômica para empresas e equalização de encargos financeiros nas operações de crédito;
- b) reembolsável, destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo;
- c) aporte de capital mediante participação societária em empresas inovadoras e em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O artigo 15 da Lei nº 11.540/2007 estabelece que a Finep, Secretaria Executiva do FNDCT, poderá aplicar os recursos destinados às operações reembolsáveis, oriundos de empréstimos do FNDCT, devendo o produto das aplicações ser revertido à conta do Fundo. Com isso, foi garantida ao FNDCT a acumulação de ativos e patrimônio, permitindo que este começasse a ser estruturado como fundo de natureza contábil, com receitas próprias.

[Retorno ao sumário](#)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de Reais)

ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	2019	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1.	827.524	773.014	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	6.016	43.450
Créditos a Curto Prazo - Empréstimo e Financiamentos Concedidos	5.1.	552.868	515.373	Demais Obrigações a Curto Prazo	9	74.393	42.611
Demais Obrigações a Curto Prazo		4.197.769	1.514				
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	6						
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		5.578.161	1.289.900	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		80.409	86.061
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.202.052	8.157.323				
Créditos a Longo Prazo		9.145.904	8.103.523				
Empréstimo e Financiamentos Concedidos	5.1.	9.146.504	8.104.109				
(-) Ajustes para Perdas em Crédito de Longo Prazo		-600	-586				
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		56.148	53.800				
Investimentos		5.971	27.726				
Participações Permanentes	7	5.971	27.726				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.208.023	8.185.049	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
				Patrimônio Líquido			
				Resultado Acumulados		14.705.775	9.388.889
				Resultado do Exercício	11.2.	5.316.886	1.737.799
				Resultados de Exercícios Anteriores		9.388.889	7.665.119
				Ajuste de Exercício Anteriores			-14.029
				Total do Patrimônio Líquido		14.705.775	9.388.889
TOTAL DO ATIVO		14.786.184	9.474.949	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.786.184	9.474.949

[Retorno ao sumário](#)

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

	NE	2019	2018
Ativo (I)		14.786.184	9.474.949
Ativo Financeiro	<u>4.2.</u>	827.524	773.014
Ativo Permanente		13.958.660	8.701.936
Passivo (II)		287.961	339.911
Passivo Financeiro	<u>4.2.</u>	234.422	339.911
Passivo Permanente		53.539	
Saldo Patrimonial (I - II)		14.498.223	9.135.039

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

	NE	2019	2018
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contrapartidas Recebidas a Executar			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	<u>13.2.</u>	67.489	87.798
Direitos Contratuais			
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar			
Total dos Atos Potenciais Ativos		67.489	87.798
Atos Potenciais Passivo			
Garantias e Contragarantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	<u>13.1.</u>	884.702	1.644.600
Obrigações contratuais			
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		884.702	1.644.600

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

	NE	2019
Recursos Ordinários		-547
Recursos Vinculados		593.649
Seguridade Social		-14.789
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		608.736
Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Saldo Patrimonial (I - II)	<u>4.2.</u>	593.101

[Retorno ao sumário](#)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)

	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.2		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições		893.983	869.122
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		660.062	643.495
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		546.442	1.133.700
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		496.360	567.657
Juros e Encargos de Mora		27	315
Variações Monetárias e Cambiais		25.611	52889
Remuner. de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras		24.443	512.840
Transferências e Delegações Recebidas		1.507.899	1.521.142
Transferências Intragovernamentais		1.487.069	1.506.252
Transferências Intergovernamentais		20.830	14.890
Transferências das Instituições Privadas			
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos		4.223.654	170
Ganhos com Desincorporação de Ativos		4.207.973	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		15.682	170
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		66.949	372.434
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		66.949	372.434
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		7.238.927	3.896.568
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.2		
Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		58.145	66.187
Serviços		58.145	66.187
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Descontos Financeiros Concedidos			
Transferências e Delegações Concedidas		1.475.047	1.687.115
Transferências Intragovernamentais		1.108.921	1.369.798
Transferências Intergovernamentais		333.897	317.316
Transferências a Instituições Privadas		32.228	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos		91.338	89.438
Reavaliação, Redução, a Valor recuperável a Ajustes p/Perdas		25.329	33.759
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas			
Incorporação de Passivos		53.542	340
Desincorporação de Ativos		12.467	55.338
Tributárias			
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		297.511	316.031
Subvenções Econômicas		266.045	273.007
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		31.466	43.024
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.922.040	2.158.769
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	11.2	5.316.886	1.737.799

[Retorno ao sumário](#)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS (em milhares de Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)	12.1	5.291.997	5.291.997	5.952.307	660.310
Receitas Tributárias					
Receitas de Contribuições		3.314.805	3.314.805	4.350.831	1.036.026
Receitas Patrimonial		1.447.918	1.447.918	1.045.116	-402.803
Receita Agropecuária					
Receitas Industriais					
Receita de Serviço		517.792	517.792	493.516	-24.276
Transferências Correntes		11.473	11.473	800	-10.673
Outras Receitas Correntes		9	9	62.044	62.035
RECEITA DE CAPITAL (II)	12.1	358.819	358.819	361.048	2.228
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos		358.819	358.819	361.048	2.228
Transferências de Capital					
Outras receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		5.650.816	5.650.816	6.313.355	662.538
REFINANCIAMENTOS					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS		5.650.816	5.650.816	6.313.355	662.538
TOTAL	12.1	5.650.816	5.650.816	6.313.355	662.538

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (em milhares de Reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.2	637.525	641.921	641.922	516.080	511.284	-1
Outras Despesas Correntes		637.525	641.921	641.922	516.080	511.284	-1
DESPESAS DE CAPITAL	12.2	213.644	209.248	209.248	147.789	144.410	0
Investimentos		212.636	209.248	209.248	147.789	144.410	0
Inversões Financeiras		1.008					0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		3.386.943	3.386.943				3.386.943
RESERVA DE RPPS							
SUBTOTAL DE DESPESAS		4.238.112	4.238.112	851.170	663.869	655.694	3.386.942
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO		4.238.112	4.238.112	851.170	663.869	655.694	3.386.942
SUPERAVIT				5.462.185			-5.462.185
TOTAL	12.2	4.238.112	4.238.112	6.313.355	663.869	655.694	-2.075.242

Execução de Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		58.543	151.122	142.768	141.434	35.086	33.144
Outras Despesas Correntes		58.543	151.122	142.768	141.434	28.798	33.144
DESPESAS DE CAPITAL		94.487	51.080	67.000	61.980	2.270	22.127
Investimentos		39.053	51.080	63.661	60.290	2.270	20.477
Inversões Financeiras		55.434		3.339	1.690		1.649
TOTAL	12.3	153.030	202.201	209.768	203.414	31.068	55.271

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		13.970	6.728	8.328	9.246	3.124
Outras Despesas Correntes		13.970	6.728	8.328	9.246	3.124
DESPESAS DE CAPITAL		36.607	30.522	32.182	27.381	7.565
Investimentos		20.928	2.795	8.778	11.703	3.242
Inversões Financeiras		15.678	27.726	23.404	15.678	4.322
TOTAL	12.3	50.576	37.249	40.510	36.627	10.689

[Retorno ao sumário](#)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (em milhares de Reais)

ÓRGÃO 74910 – REC. S/ SUP. DO FUNDO NAC. DES. CIENT. E TEC. – FNDCT

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOT.INICIAL	DOT.ATUALIZDA	DESP.EMPEN.	DESP.LIQUID.	DESP.PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL	<u>12.2.</u>	1.412.704	1.412.704				1.412.704
Investimentos							
Inversões Financeiras		1.412.704	1.412.704				1.412.704
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DE RPPS							
SUBTOTAL DE DESPESAS	<u>12.2.</u>	1.412.704	1.412.704				1.412.704
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO	<u>12.2.</u>	1.412.704	1.412.704				1.412.704
SUPERAVIT							
TOTAL	<u>12.2.</u>	1.412.704	1.412.704				1.412.704

[Retorno ao sumário](#)

BALANÇO FINANCEIRO (em milhares de Reais)

INGRESSOS	NE	2019	2018	DISPÊNDIOS	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias (I)	11.3	1.877.171	2.354.343	Despesas Orçamentárias (I)		2.181.109	1.825.836
Ordinárias				Ordinárias		1.041	20.925
Vinculadas		1.878.876	2.374.686	Vinculadas		2.180.068	1.804.911
Seguridade Social (Exceto RGPS)		1.292	356	Seguridade Social (Exceto RGPS)		7.093	22.783
Outros Rec. Vinculados a Órgãos e Programas		1.877.585	1.243.770	Operações de Crédito		298	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			1.130.559	Outros Rec. Vinculados a Órgãos e Programas		2.172.678	609.947
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.705	-20.343	Outros Recursos Vinculados a Fundos			1.172.182
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.487.068	1.505.912	Transferências Financeiras Concedidas (II)		1.108.921	1.369.628
Resultantes da execução orçamentária		1.236.525	1.257.018	Resultantes da execução orçamentária		65.994	161.380
Repasse Recebido		1.236.525	1.257.018	Repasse Concedido		65.883	157.138
Independentes de Execução Orçamentária		250.543	248.894	Repasse Devolvido		110	4.241
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		245.699	218.516	Independentes de Execução Orçamentária		1.042.928	1.208.248
Demais Transferências Recebidas		1.330	1.045	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		82.164	14.395
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.514	29.333	Demais Transferências Concedidas		658	1.370
				Movimentação de Saldos Patrimoniais		960.105	1.192.482
Recebimentos Extraorçamentários (III)		171.971	150.266	Despesas Extraorçamentários (III)		188.071	182.283
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		8.344	9.537	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		34.592	66.958
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		163.626	108.277	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		113.176	113.526
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			1.800	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			1.800
Outros Recebimentos Extraorçamentários			30.652	Outros Pagamentos Extraorçamentários		40.304	
Saldo de Exercício Anterior (IV)		773.014	140.240	Saldo para Exercício Seguinte (IV)		827.524	773.014
TOTAL (V)= (I + II + III + IV)	11.3	4.309.224	4.150.762	TOTAL		4.305.625	4.150.762

[Retorno ao sumário](#)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de Reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2019	2018
INGRESSOS	<u>11.3.</u>	3.003.192	3.635.751
Receitas Derivadas e Originárias		1.516.123	2.097.387
Receita de Contribuições		783.364	763.561
Receita Patrimonial		151.465	125.573
Receita de Serviços		493.516	450.575
Remuneração das Disponibilidades		24.443	512.840
Outras Receitas Derivadas e Originárias		63.336	244.838
Outros Ingressos das Operações		1.487.068	1.538.364
Ingressos Extraorçamentários			1.800
Transferências Financeiras Recebidas		1.487.068	1.505.912
Arrecadação de Outra Unidade			30.458
Demais Recebimentos			194
DESEMBOLSOS	<u>11.3.</u>	-1.871.932	-2.128.107
Pessoal e Demais Despesas		-355.656	-382.217
Saúde			-1.176
Ciências e Tecnologia		-355.656	-381.041
Transfêrencia Concedidas		-367.052	-374.462
Intergovernamentais - A Estado e/ou Distrito Federal		-16.893	-20.036
Intragovernamentais - Outras Transferência Concedidas		-350.159	-354.425
Outros Desembolsos das Operações		-1.149.225	-1.371.428
Dispêndios Extraorçamentários			-1.800
Transferências Financeiras Concedidas		-1.108.921	-1.369.628
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-40.304	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	<u>11.3.</u>	1.131.259	1.507.644
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		361.048	256.956
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		361.048	256.956
DESEMBOLSOS		-1.437.798	-1.131.827
Aquisição de Ativo Não Circulante		-25.094	-33.859
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-1.412.704	-1.097.968
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	<u>11.3.</u>	-1.076.750	-874.871
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II)	<u>11.3.</u>	54.509	632.773
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		773.014	140.240
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		827.523	773.014

[Retorno ao sumário](#)

Notas Explicativas

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis do FNDCT são elaboradas em consonância com os dispostos da Lei n.º 4.320/64, do Decreto-Lei n.º 200/67, do Decreto n.º 93.872/86, da Lei n.º 10.180/01 e da Lei Complementar n.º 101/00. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelo MCASP, foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Essas demonstrações referem-se ao exercício de 2019. Lembramos ainda que a Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL é facultativa para os órgãos da Federação.

As demonstrações apresentadas incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora (UG) 240901 - FNDCT, com exceção do Balanço Orçamentário que apresenta dados da Unidade Orçamentária (UO) 24901 - FNDCT, pois somente dessa forma é possível demonstrar as informações orçamentárias do FNDCT em toda sua abrangência. Ainda no intuito de abranger toda movimentação orçamentária, completa-se o BO com o quadro de execução da despesa da UO 74910 - REC. S/ SUP. DO FUNDO NAC. DES. CIENT. E TEC. - FNDCT que trata especificamente a ação de empréstimo à FINEP.

Retorno ao sumário

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do FNDCT é o Real, e o Fundo não possui saldos em moedas estrangeiras.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a receber

Compreendem os direitos de curto e longo prazo, sendo eles: empréstimos e financiamentos concedidos; e créditos por dano ao patrimônio de crédito administrativo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Passivo Circulante

As obrigações do FNDCT são evidenciadas por valores conhecidos e atestados até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: contas a pagar credores nacionais; e convênios e instrumentos congêneres.

(e) Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do FNDCT. A apuração desse resultado pode ser identificada no Balanço Financeiro, bem como, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em função das particularidades do FNDCT, pela observância do princípio de caixa único.

[Retorno ao sumário](#)

3. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Alteração dos procedimentos de reconhecimento de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora dos Termos de Execução Descentralizada - TED, decorrente de instrumentos sem suas respectivas prestações de contas encerradas. Esta alteração gerou forte impacto patrimonial aumentativo no Fundo em função de sua operação de descentralização com o CNPQ.

[Retorno ao sumário](#)

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" compreende o somatório dos valores disponíveis registrados na Conta Única do Tesouro e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

No FNDCT os valores estão registrados, em "Moeda Nacional", na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, na qual a maior movimentação se refere a valor liberado pelo órgão setorial de programação financeira, no caso do FNDCT, o MCTIC, para atender despesas com vinculação de pagamento. O saldo deste exercício fechou com a composição abaixo:

Quadro 1 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Fonte	Descrição	31/12/2019	AV
0250249010 0250249013	REC. DE ARRENDAMENTOS-FNDCT/ CT-INFRA LEI 10.197/2001	361,63	0,00%
0250249010 0250249013	REC. DE ARRENDAMENTOS-FNDCT/ CT-INFRA LEI 10.197/2001 (BLOQUEADO)	27.860.897,07	3,37%
0180240901	FNDCT/RETORNO FINEP (BLOQUEADO)	506.555.038,43	61,21%
0180365009	FNDCT/RETORNO (BLOQUEADO)	292.235.183,84	35,31%
Outras fontes arrecadadas Tesouro (0142,0172 ,6100)		872.028,21	0,11%
Saldo em 31/12/2019		827.523.509,18	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

O atual quadro de rigoroso contingenciamento de limite financeiro provocou neste trimestre o expressivo valor de mais de 800 milhões de Reais no Caixa da Unidade Gestora do FNDCT.

Ao detalhar a conta Limite de saque com vinculação de pagamento, verifica-se que seus itens mais representativos são referentes às fontes 0180 (valores bloqueados e não bloqueados), representando quase 97% do total disponível na conta. Esta fonte é destinada a recursos arrecadados pelo próprio órgão (UG 24901 - FNDCT).

No detalhamento 0180365009 estão representados os recursos arrecadados em função de retornos da operação de empréstimo do Fundo à FINEP, os quais, por terem previsão orçamentária, foram sendo consumidos durante o exercício.

No detalhamento 0180240901, gerencialmente, estão segregados os recursos arrecadados oriundos de retorno de rendimentos de aplicação financeira de recursos do FNDCT depositados na Finep e que, em função do atendimento à recomendação da CGU e à nota técnica da STN, foram devolvidos ao Fundo. A razão para a segregação destes valores numa fonte específica se deve ao fato de que estes não constam em previsão orçamentária do exercício, devendo desta forma ter um tratamento especial para sua futura utilização.

Destaca-se ainda que, dos valores em tese disponíveis, mais de 96% encontram-se bloqueados pela Setorial Financeira em atendimento a controle exigido pela Coordenação Financeira da STN – COFIN.

As fontes 0250249010 e 0250249013 são referentes à arrecadação também realizada diretamente na UG 240901 (FNDCT), sendo a última referente ao percentual oriundo do CT-Infra. A previsão orçamentária de utilização desta fonte é inscrita nas fontes 0150, portanto, os saldos quando existentes nas fontes 0150249010 e 0150249013 são apenas referentes a transferências realizadas pela Tesouraria no intuito de realizar pagamentos.

4.2. Superávit Financeiro

Importante analisar o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes constante do Balanço Patrimonial – BP, tendo em vista que o ativo financeiro é composto pelo saldo de caixa e equivalente de caixa.

Apresentamos a seguir um quadro estendido da composição do ativo e passivo financeiro para melhor entendimento do seu resultado.

Quadro 2 – Detalhamento do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte de Recursos

FONTES DE RECURSOS		ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS		547.313,60	-547.313,60
0134024183	COMP.FINANC.-REC.HIDRICOS-FNDCT-CT-HIDRO		1.471.396,31	-1.471.396,31
0134024198	INDENIZ.ITAIPUFNDCT-CT-HIDRO		722.140,85	-722.140,85
0134249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001		221.300,39	-221.300,39
0135249013	CT-INFRA-ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001		335.055,73	-335.055,73
0135395240	AFRMM-FNDCT-CT NAVAL		1.607.914,19	-1.607.914,19
0141024184	COMP.FINANC.REC.MINER.MCT/FNDCT		668.925,41	-668.925,41
0142024289	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,II-FNDCT-CT PETRO		24.210.293,42	-24.210.293,42
0142249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001		15.487.459,10	-15.487.459,10
0148001619	MAPA		297.713,43	-297.713,43
0150249010	RECEITAS DE ARRENDAMENTOS-FNDCT	20.148.207,24		20.148.207,24
0150249013	RECEITAS DE ARRENDAMENTOS-FNDCT	7.713.051,46		7.713.051,46
0172024304	CONTRIBUICOES CT-ENERGIA-FNDCT		27.098.668,31	-27.098.668,31
0172024307	CONT.P/LIC.USO TECNOL.CT-VERDE AMARELO-FNDCT		31.885.333,51	-31.885.333,51
0172024308	CONTRIBUICOES CT-AERONAUTICO-FNDCT		1.626.857,40	-1.626.857,40
0172024309	CONTRIBUICOES CT-AGRONEGOCIO-FNDCT		1.820.933,86	-1.820.933,86
0172024311	CONTRIBUICOES CT-SAUDE-FNDCT		5.893.045,80	-5.893.045,80
0172249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001		63.294.765,62	-63.294.765,62
0178980000	TES.NACIONAL-FUNDO FISCALIZ.DAS TELECOMUNIC.	680.976,19	680.976,19	0,00
0180240901	FNDCT/RETORNO RECURSOS DEPOSITADOS NA FINEP	506.555.038,43		506.555.038,43
0180365009	FNDCT/RETORNO RECURSOS DEPOSITADOS NA FINEP	292.235.183,84	41.571.594,68	250.663.589,16
6151000000	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	191.052,02	14.980.502,20	-14.789.450,18
Total		827.523.509,18	234.422.190,00	593.101.319,18

Fonte: SIAFI, 2019.

Quadro 3 – Composição por fonte do Superávit

Composição do Superávit	
Total Deficitário das Fontes (0100, 0134, 0135, 0141, 0142, 0172, 0178, 0342, 6110 e 6151)	-191.978.567,11
Total Superavitário das Fonte de arrecadação própria (0150, 0180)	785.079.886,29
	593.101.319,18

Fonte: SIAFI, 2019.

Quadro 4 – Composição Passivo Financeiro

Composição do Passivo Financeiro	
Valores para Transferências Voluntárias (Diversas Fontes, exceto 0180)	228.405.936,44
Valores para Participação em Fundos de Invest. (Fonte 0172024307)	6.016.253,56
	234.422.190,00

Fonte: SIAFI, 2019.

Se por sua vez o ativo financeiro é composto pelo saldo final de caixa e equivalentes, o passivo financeiro é composto pelo total das obrigações firmadas pelo Fundo, mesmo aquelas não liquidadas, mas apenas empenhadas, seja do exercício atual ou de exercícios anteriores.

Neste confronto de ativo e passivo financeiros por fontes, como demonstrado no quadro – Composição do Superávit -, percebe-se que as fontes de arrecadação própria do Fundo (0150 e 0180) são as responsáveis pelo superávit obtido.

Na composição do passivo (quadro Composição do Passivo Financeiro), a ação de aplicação em fundos de investimento fechou o exercício com um saldo residual que deverá ser consumido nos primeiros meses do próximo exercício.

As demais fontes que são deficitárias não apresentam um valor que representem uma dificuldade de cumprimento pelo Fundo de suas obrigações, tendo em vista a arrecadação (aproximadamente 6 bilhões de Reais) que pode ser verificada no Balanço Orçamentário.

Por regra, este saldo superavitário, se mantido, poderá ser demandado em 2020 como créditos adicionais a LOA do exercício. Porém, o atual quadro de fiscal das finanças públicas se apresenta como um obstáculo da obtenção desta autorização.

Por fim, no que se refere ao **ativo permanente** apresentamos a seguir a composição de seus elementos.

[Retorno ao sumário](#)

5. Créditos a Receber

Os Créditos a Receber são formados pelo registro de devedores com composição de curto e longo prazo a partir de dados fornecidos pelo Departamento de Cobrança - DCOB e pelo Departamento de Captação - DCAP e compreendem as seguintes contas:

Quadro 5 – Créditos a Receber - Composição

	2019	2018	AV
(a) FINANCIAMENTO CONCEDID A RECEBER (CP)	416.609.631,90	381.958.687,27	4,30%
JUROS PRO-RATA SOBRE FINAN. A REC. – EXCETO FAT	122.938.612,53	118.280.801,17	1,27%
ENCARGO S/EMPREST CONCED A REC - EXC. FAT (CP)	13.319.756,50	15.133.410,60	0,14%
EMPRESTIMOS EM COBRANCA JUDICIAL A RECEBER (LP)	426.207,36	193.315,55	0,00%
(a) FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC (LP)	9.146.077.885,35	8.103.915.388,52	94,30%
(b) AJUSTE DE PERDAS EMPREST/FINANC CONCEDIDOS*	-600.297,89	-586.128,34	-0,01%
Total	9.698.771.795,75	8.618.895.474,77	100,00%

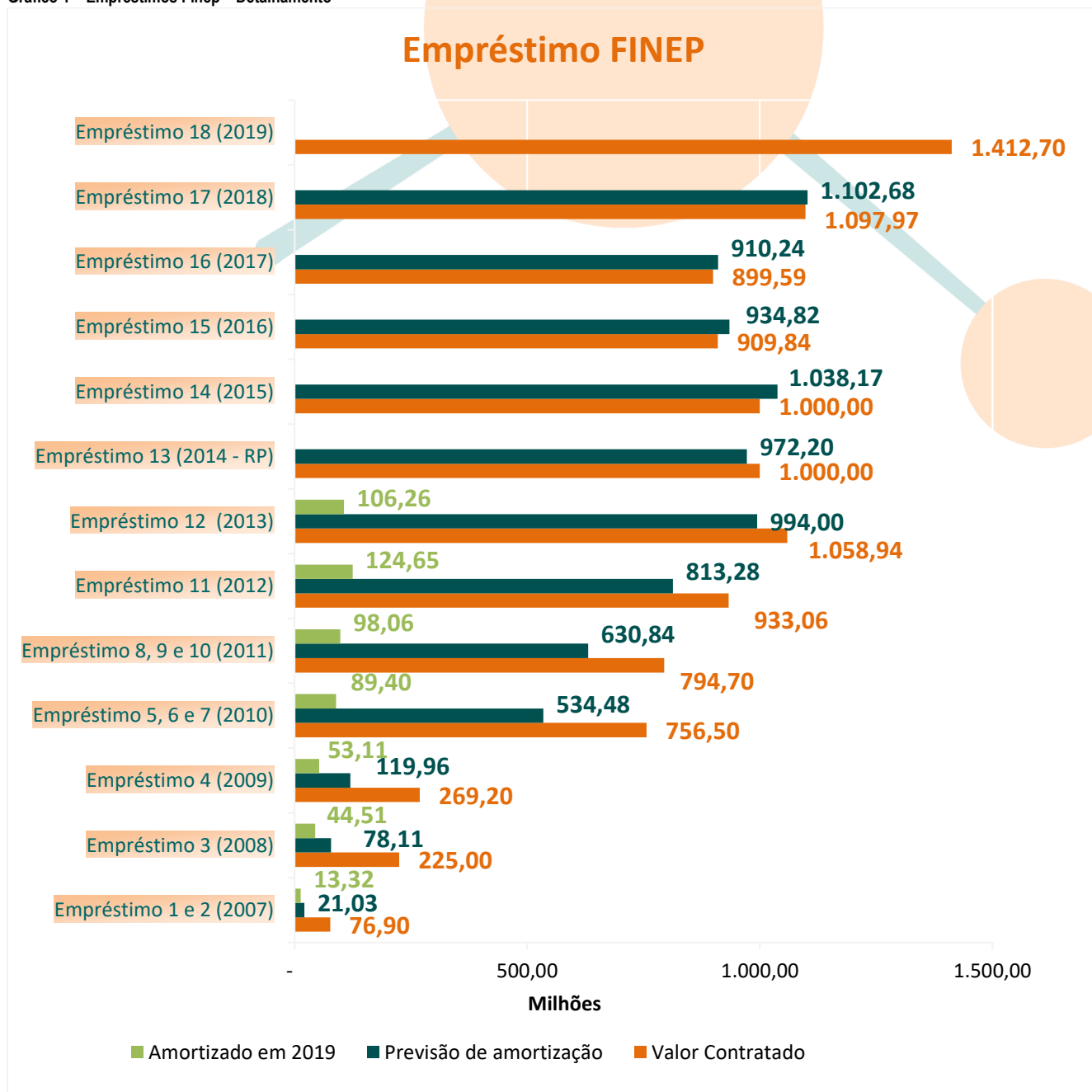
Fonte: SIAFI, 2019. *Conta Redutora

5.1. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

O principal devido após as amortizações referente a **operação de empréstimo à FINEP**, ao final do exercício, conforme demonstrado no quadro acima, representa o item mais relevante do ativo do Fundo. Seus mais de 9 bilhões de Reais representam 60% do valor do Ativo Total com seus mais de 14 bilhões. Outro item relevante que representa os demais 40% restantes são tratados no item 6.

No gráfico a seguir está o detalhamento dos empréstimos à FINEP referentes aos 18 contratos em vigor:

Gráfico 1 – Empréstimos Finep – Detalhamento



Fonte: Departamento de Captação da FINEP (DCAP), 2019.

[Retorno ao sumário](#)

6. Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada

Neste exercício a Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/STN alterou a forma de contabilização dos TED's. A partir de agora o valor repassado pela UG e que ainda não teve sua prestação de contas realizada, registrará nesta um aumento patrimonial refletido no registro de um ativo de adiantamento. Em nosso caso, as descentralizações realizadas com o CNPQ, elevaram o ativo do Fundo em mais 4 bilhões de Reais. Já se encontra em andamento o ajuste destes valores com o objetivo de apenas deixar registrado no ativo os TED's com prazo de prestação de contas não expirado. Após ajustes internos para regularização desta atividade, a expectativa é que o saldo esteja ajustado no primeiro semestre do próximo exercício.

[Retorno ao sumário](#)

7. Investimentos

O FNDCT opera com fundos de investimento através da previsão existente na LEI nº 10.332, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001. Esta previsão legal define em seu art. 3º, inciso III, que a operação seja realizada “através da FINEP”. Então é registrado na FINEP o investimento como recurso pertencente ao FNDCT.

Portanto, o saldo de quase 6 Milhões, por ser também contabilizado na FINEP a favor do FNDCT, será baixado a medida que for sendo liberado, reconhecendo a perda no intuito de evitar uma duplicidade de registro. Este saldo residual deverá ser consumido nos primeiros meses do próximo exercício. Um passivo correspondente a este ativo está registrado em contas a pagar a credores nacionais explicitado no item a seguir.

[Retorno ao sumário](#)

8. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Contas que abrigam o registro a pagar das operações de liberações e demais obrigações já atestadas do FNDCT. Especificamente, em “contas a pagar credores nacionais”, constam apenas os valores devidos para os relacionamentos entre FNDCT e FINEP.

Quadro 6 – Contas a Pagar - Composição

Obrigações com a FINEP			
Conta Contábil	Credor	Objeto	Saldo Atual - R\$
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS
			5.971.286,21
			GARANTIA DE LIQUIDEZ NA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
			44.967,35
Total			6.016.253,56

Fonte: SIAFI, 2019

A operação de participação em Fundos de Investimentos é operacionalizada com a liberação de recursos à FINEP para que através desta empresa o FNDCT realize esta ação. O saldo existente a ser pago, a medida que a FINEP solicite o devido ressarcimento dos valores aplicados, se refere a restos a pagar que não foram consumidos durante o exercício. O montante liquidado foi estimado pelo departamento de Investimento em Fundos e Participações - DIFP da FINEP. O saldo residual para Participação no Capital deverá ser consumido nos primeiros meses do próximo exercício.

O saldo de garantia de liquidez das operações com fundo de investimento foi cancelado em virtude da ausência de expectativa de realização após diversos exercícios sem movimentação. Este saldo estava registrado em documentos hábeis referentes ao exercício de 2015 e estes documentos não serão migrados pela CCONT para o exercício seguinte.

[Retorno ao sumário](#)

9. Demais Obrigações a Curto Prazo

A partir de agosto de 2014, quando foi alterado o roteiro contábil para registro de passivo, estão aglutinados na conta “Convênios e instrumentos congêneres a pagar” todos os tipos de liberações realizadas referentes a transferências voluntárias e legais (convênios e contratos de subvenção), independente do instrumento contratual.

Importante ressaltar que o atual volume de recursos a pagar do FNDCT revela uma operação restringida pelo contingenciamento orçamentário e financeiro. Esta restrição apresenta um contraste impactante quando analisada a luz da arrecadação anual do FNDCT. Numa análise integrada com o Balanço Orçamentário, uma arrecadação de quase 6 bilhões por ano, está gerando uma operação entre valores empenhados e pagos de um pouco mais de 2 bilhões de Reais. Acrescentado que mais de 50% destes valores a foram empenhados e pagos são referentes a operação de empréstimo à Finep e, portanto, não se trata de despesa. Estamos tratando de um Fundo que, opera hoje, do valor disponível para aplicação em institutos, universidades e centros de pesquisa de C, T & I, aplicação esta relevante dentro do fim que levou a sua criação, em média, apenas 25% do valor arrecadado.

Quadro 7 – Convênios e Subvenções a Liberar – Detalhamento

Conta Contábil		Transferência - Processo	Transferência - Conveniente		Saldo R\$ (Conta Contábil)
218910500	= CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	CONVÊNIO	61189445000156	FUNDACAO BUTANTAN	3.946.939,30
		CONVÊNIO	04153540000166	FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE PESQ E INOV TECNOLOGICA	592.267,67
		CONVÊNIO	18720938000141	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	84.624,78
		CONVÊNIO	18720938000141	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	171.290,46
		CONVÊNIO	20320503000151	FUNDACAO ARTHUR BERNARDES	327.655,56
		CONVÊNIO	72060999000175	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS E ESTUDOS TE	554.909,84
		CONVÊNIO	78626363000124	FUND CENTROS DE REFERENCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	3.052.049,29
		CONVÊNIO	49607336000106	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP FUNCAMP	1.681.267,00
		CONVÊNIO	18720938000141	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	2.633.462,37
		CONVÊNIO	84522770000194	FUNDACAO AMAZONICA DE DEFESA DA BIOSFERA	391.185,00
		CONVÊNIO	02263082000192	FUNDACAO EDUCERE DE CAMPO MOURAO	114.986,05
		CONVÊNIO	04153540000166	FUCAPI FUND CENTRO DE ANALISE PESQ E INOV TECNOLOGICA	1.524.088,15
		CONVÊNIO	74704008000175	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	160.656,68
		CONVÊNIO	00331801000130	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO CATOLICA	1.000.000,00
		CONVÊNIO	48659502000155	FUNDACAO DE ESTUDOS AGRARIOS LUIZ DE QUEIROZ	956.357,00
		CONVÊNIO	63025530000104	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	1.034.507,67
		CONVÊNIO	48031918000124	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	928.920,70
		CONVÊNIO	18118151000104	CENTRO DE INOVACAO E ENSAIOS PRE-CLINICOS	257.034,86
		CONVÊNIO	06220430000103	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA COMPUTACAO CIEN	283.824,44
		CONVÊNIO	18720938000141	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	227.284,60
		CONVÊNIO	03795071000116	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	191.052,02
		CONVÊNIO	56577059000100	FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA	739.772,20
Total					20.854.135,64

Fonte: SIAFI, 2019.

[Retorno ao sumário](#)

10. Transferências Financeiras a Comprovar – TED

Da mesma forma já apresentada no item 6, a alteração na contabilização dos TED's, também gerou uma diminuição do patrimônio do Fundo. Esta diminuição se refere as prestações de contas dos TED's agora recebidos pelo FNDCT. Tratam-se em sua maioria de ações conjuntas com o Fundo Nacional de Saúde.

[Retorno ao sumário](#)

11. Resultado Patrimonial, Financeiro e Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

11.1. Informações Preliminares

As Demonstrações, tanto o Balanço Financeiro – BF e a Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC, quanto a Demonstração de Variações Patrimoniais - DVP tratam do fluxo financeiro que perpassou na UG 240901. Mesmo sendo o BF e a DFC mais abrangentes neste sentido, uma análise conjunta não traz prejuízo à visão gerencial deste fluxo, complementada por uma análise de seu efeito patrimonial mais explicitado na DVP. Consideramos que as diferenças formais existentes não chegam alterar as reflexões obtidas, no caso do FNDCT.

No BF o último item na coluna Dispêndios é o “Saldo para Exercício Seguinte”, bem como na DFC “Caixa e Equivalente de Caixa Final”. Este saldo corresponde exatamente ao valor da conta 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Tal característica demonstra a similaridade do BF com a DFC. Uma análise mais detalhada desta questão consta de nossa apreciação da disponibilidade e superávit financeiro– item 4.

11.2. Resultado Patrimonial

O fluxo de recursos que apenas transitaram pela UG 240901, sem gerar efeito real no resultado, deve ser destacado nestas Demonstrações ora analisadas. Após este destaque torna-se possível uma análise mais efetiva do resultado patrimonial e do fluxo financeiro da UG.

Existe um grupo de variações cujo efeito patrimonial na UG é “anulado”. A classificação da VPA é realizada na UG 240901, porém, sua arrecadação é feita no Tesouro. O efeito patrimonial nestes casos é registrado na UG Tesouro 170500.

Portanto, os registros de arrecadação direta na UG de recursos do CT- Energia e outras Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico –CIDE, inclusive quando referentes a devoluções, são compensadas em seus créditos pelo registro da **VPD 35.122.03.00-Movimentações de Saldos Patrimoniais** de saldo devedor, produzindo dessa forma o efeito de anulação supracitado, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 8 – Demonstração das contas de anulação de efeito de resultado na UG 240901

Conta Contábil		Saldo R\$ (Conta Contábil)
422010100	CONTRIB DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	893.982.890,55
442410100	JUROS E ENC. DE MORA SOBRE CRED. TRIBUTARIO	16.070,25
442910100	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.679,08
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	2.204.242,04
499610200	RESTITUICOES	63.891.218,33
351220300	MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	(960.105.100,25)
Resultado de Efeito nulo na DVP - R\$		0,00

Fonte: SIAFI, 2019.

Movimento similar ocorre na DFC, onde em “Desembolsos” – “Outros Desembolsos de Operações” na rubrica “Transferências Financeiras Concedidas” constam em seu valor o saldo oriundo da conta **3.5.122.03.00 – Movimentos Patrimoniais**. Esta rubrica realiza o mesmo papel citado de contrapartida dos saldos existentes na “Receita Orçamentária” em “Ingressos”, no intuito de produzir uma anulação das receitas registradas na UG, porém com efeito financeiro gerado apenas no Tesouro - UG 170500

Destacamos ainda então no BF, na coluna “Dispêndios”, o saldo na rubrica “Movimento de Saldos Patrimoniais”. Esta rubrica é uma contrapartida dos saldos existentes na “Receita Orçamentária” na coluna “Ingressos”, no intuito de produzir o mesmo efeito de anulação ocorrido na DFC.

Quadro 9 - Resultado Patrimonial do Exercício

Varição Patrimonial Aumentativa do Trimestre ¹	6.278.821.634,86
Varição Patrimonial Diminutiva do Trimestre ²	(961.935.281,08)
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO³⁼⁽¹⁻²⁾	5.316.886.353,78
Resultado Patrimonial do Exercício Anterior ⁴	9.388.888.630,16
Total do Patrimônio Líquido⁵⁼⁽³⁺⁴⁾	14.705.774.983,94

Fonte: SIAFI, 2019.

Torna-se então relevante analisar o que produziu o resultado patrimonial positivo na UG 240901 de R\$ **5.316.886.353,78**.

Este resultado é então apresentado a título de análise apenas com as VPD's e VPA's que geraram este resultado patrimonial. Segue a análise:

Quadro 10 – Resultado relativo às operações que geraram ganho financeiro

Resultado relativo às operações que geraram ganho financeiro		Saldo Atual - R\$
441110100	JUROS E ENCARG DE EMPREST INTERNOS CONCEDIDOS	360.101.984,57
445210100	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS	24.443.063,70
451120200	REPASSE RECEBIDO (Exceto parte recebida para aplicação o empréstimo)	324.577.000,37
451220100	= TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	245.699.484,72
451220200	= DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.330.227,14
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.309.515,88
499610200	RESTITUICOES	3.057.462,66
Saldo relativo às operações Financeiras		960.518.739,04

Fonte: SIAFI, 2019.

No quadro **Resultado relativo às operações que geraram ganho financeiro** foram elencadas as contas de resultado que registraram efeito de disponibilidade financeira na UG 240901. Portanto, cada rubrica aqui apresentada registrou um montante que a partir da liberação de limite financeiro possibilitou a aplicação de recursos do FNDCT no exercício.

Destaca-se a rubrica Juros e Encargos que registram a entrada de recursos oriundos da Finep em sua quitação dos encargos financeiros dos empréstimos contraidos por esta junto ao Fundo. Aqui neste quadro tratamos das entradas que geraram efeito financeiro e não o reconhecimento de juros por competência.

Já a remuneração de aplicações financeiras são o resultado dos retornos das aplicações em fundos de investimento realizados pelo Fundo através da Finep.

Por fim, em repasse e transferências recebidas estão as disponibilidades financeiras liberadas pela setorial financeira do MCTIC.

Estes foram os montantes disponibilizados, que geraram efeito aumentativo patrimonial na UG, para que o Fundo pudesse cobrir seus compromissos financeiros.

Também vale destacar, apesar de não gerar aumento patrimonial, que se soma aos valores ora analisados, a entrada de disponibilidade oriunda de pagamento de amortização de empréstimo pela Finep, demonstrada de forma clara na DFC, no valor de mais de 286 Milhões de Reais.

Quadro 11 – Resultado relativo às aplicações dos recursos disponíveis

Resultado relativo às aplicações dos recursos disponíveis		Saldo Atual - R\$
451120200	REPASSE RECEBIDO (Parte recebida para aplicação no empréstimo à Finep)	911.947.970,00
332310500	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ (Taxa de Administração)	(58.145.000,00)
351120200	= REPASSE CONCEDIDO	(65.883.474,52)
351120802	= REPASSE DEVOLVIDO	(110.100,66)
351220100	= TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	(82.164.187,90)
351220200	= DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	(658.255,21)
352310100	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	(332.875.063,33)
352410100	OUTRAS TRANSFERENCIAS	(1.022.137,62)
353110100	TRANSF. A INST. PRIV. SEM FINS LUCRAT.-CONTR.	(26.835.086,75)
353110200	TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. SEM FINS SUBVENC	(5.393.368,41)
361410400	RED. A VR RECUPERÁVEL - DEMAIS INVEST.(Fd Invest)	(25.092.713,79)

395010100	SUBVENCOES ECONOMICAS (Equalização)	(266.044.670,84)
399610100	INDENIZACOES (Ressarcimento)	(31.465.927,78)
Saldo		16.256.983,19

Fonte: SIAFI, 2019

Quando analisamos as aplicações de recursos pelo Fundo, em sua grande maioria, estas geraram uma saída de disponibilidades. Os recursos disponibilizados para liberação à Finep de empréstimo do Fundo apresentam seu efeito aumentativo no patrimônio na entrada do Repasse Recebido. Em que pese este efeito aumentativo, sua entrada representa a aplicação do recurso recebido, porém, neste caso a aplicação gerou ativo no Fundo.

Apenas nos casos dos recursos aplicados em transferências voluntárias (convênios e subvenções), estes são aqui representados por sua competência e não pelo seu efetivo pagamento que geraram uma saída de caixa. Mas a diminuição do estoque de restos a pagar do fundo demonstra que o valor aplicado nestas transferências tem uma real expectativa de pagamento num curto prazo e, portanto, seu montante em grande parte representou uma efetiva saída de recursos.

Das aplicações realizadas, podemos dividir em seis grupos, sendo cinco de efeito diminutivo e uma de efeito aumentativo:

Quadro 12 – Resultado Patrimonial relativo às aplicações dos recursos disponíveis (por instrumento)

Resultado Patrimonial relativo às aplicações dos recursos disponíveis	
Finep (Tx. Adm + Ressarc.)	(89.610.927,78)
TED	(148.816.018,29)
Convênios e Subvenções	(366.125.656,11)
Fundos de Investimentos	(25.093.713,79)
Equalização	(266.044.670,84)
Empréstimo à Finep	911.947.970,00

Fonte: SIAFI, 2019

Por fim, não caberia a demonstração de um saldo entre os Resultados que geraram ganho financeiro contra o Resultado das aplicações. Conforme já explicitado, as aplicações estão com seus registros por base da competência e dessa forma o saldo resultante deste comparativo poderia de forma errônea aparentar que este representaria uma sobra de caixa, o que não seria a verdade.

Quadro 13 – Resultado Patrimonial relativo às operações sem efeito financeiro

Resultado Patrimonial relativo às operações sem efeito financeiro		Saldo Atual - R\$
441110100	JUROS E ENC. DE EMPREST CONCEDIDOS (Reconhecidos por Competência)	136.258.369,03
443310100	VARIACOES MON. E CAMB. DE FINANC. INT. CONCED	1.140.171,76
443910101	ATUALIZACAO MONETARIA POSITIVA	24.471.209,54
451220500	MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	384,44
452310100	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	20.830.473,90
463920100	GANHOS C/ INCORPORACAO DE ATIVO (TED REPASSADOS)	4.207.972.553,26
464010100	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	15.678.467,00
464020100	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.296,89
361710400	AJ.P/ PERDAS EM EMPREST. E FINANC. CONCEDIDOS	(235.642,56)
364020100	INCORPORACAO DE PASSIVOS (TED RECEBIDOS)	(53.541.910,11)
365010100	DESINCORPORACAO DE ATIVOS (BAIXA DE TCE)	(120.759,15)
365020100	DESINCORPORACAO DE ATIVOS (PREST. CTAS TCE)	(12.345.982,45)
Saldo		4.340.110.631,55

Fonte: SIAFI, 2019.

Aqui destacamos os principais registros que representam um aumento patrimonial do Fundo, porém, sem efeito nas disponibilidades recebidas ou aplicadas.

O resultado expressivo alcançado neste exercício se deve ao fato da alteração de procedimento de contabilização dos Termos de Execução Descentraliza – TED, que passaram a ser neste exercício incorporados como adiantamento quando da realização de suas liberações. Um lançamento de ajuste foi realizado pela Coordenação de Contabilidade – CCONT/STN, incorporando todo saldo já liberado em exercícios anteriores. Somente a realização das prestações de contas dos TED's ao final de suas vigências é que promoverá a desincorporação destes adiantamentos. A situação destas prestações é abordada nos itens 6 e 10 desta Nota.

Quadro 14 – Resultado Patrimonial Consolidado

Resultado relativo às operações que geraram ganho financeiro	960.518.739,04
Resultado relativo às aplicações dos recursos disponíveis	16.256.983,19
Resultado Patrimonial relativo às operações sem efeito financeiro	4.340.110.631,55
Resultado Atual DVP - R\$	5.316.886.353,78

Fonte: SIAFI, 2019.

Portanto, percebe-se que o relevante resultado patrimonial positivo apurado no exercício foi consequência da nova forma de contabilização dos TED's realizada pela CCONT/STN.

11.3. Esclarecimentos adicionais sobre o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa

São ainda importantes alguns esclarecimentos sobre o BF e a DFC dentro do âmbito do FNDCT.

A DFC segrega as receitas entre derivadas e originais. De acordo com o MCASP, Receitas Derivadas compreendem as receitas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal, em nosso caso tratam-se em sua maioria as receitas oriundas das Contribuições (CIDE) que geram arrecadação ao FNDCT.

Já as Receitas Originárias, compreendem as receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Em nosso caso específico temos o retorno da ação de empréstimo do FNDCT a FINEP com ênfase no recebimento de juros pagos pela FINEP ao Fundo, classificados como Receita de Serviços.

O BF, no tocante a Receita, já segrega entre as Ordinárias e as Vinculadas.

Em tese, as Receitas do FNDCT são vinculadas, ou seja, sua possibilidade de aplicação é determinada na previsão legal da criação da Contribuição.

Conforme apresentado no item anterior (Quadro 12), os recursos financeiros recebidos são provenientes de liberação de limite pelo MCTIC no tocante às fontes originais do FNDCT e aqueles oriundos de pagamentos pela FINEP de amortização e juros dos empréstimos contratados.

Nos dispêndios destacamos que a equalização de juros e a taxa de administração, devidos à FINEP, são operacionalizados sempre com recursos do exercício. Por sua vez, os dispêndios realizados para cobrir as obrigações com TED's, convênios, subvenções, integralizações em fundos e ressarcimento de despesas operacionais, comportam em sua realização recursos do exercício e de restos a pagar. Estes dispêndios destacados cobrem todos os gastos operacionalizados pelo FNDCT.

[Retorno ao sumário](#)

12. Resultado Orçamentário

Inicialmente, nesta análise é preciso ressaltar a importância que a geração do Balanço Orçamentário seja feita pela UO 24901. Ao contrário dos outros Demonstrativos aqui analisados, é fundamental a utilização da UO ao invés da UG 240901, pois somente dessa forma há possibilidade de compreender a utilização do orçamento do FNDCT em toda a sua abrangência.

Ainda no intuito de abranger toda a movimentação, completa-se os Demonstrativos Orçamentários com o quadro de execução da despesa da UO 74910 que é específica à ação de Empréstimo à FINEP.

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei n°. 4.320/1964.

12.1. Receita Orçamentária

A arrecadação do FNDCT alcançou mais de 6 bilhões de Reais. Destes 6 bilhões, quase 68% foram arrecadados pelas Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico-CIDE. A arrecadação referente aos recursos provenientes de pagamentos de juros e amortização pela FINEP e de Royalties da exploração de petróleo (recursos naturais), atingiram 13% e 16% da arrecadação total realizada, respectivamente. Estas são as principais fontes de recursos do Fundo.

12.2. Despesa Orçamentária

Na previsão de utilização, o maior consumo orçamentário é a Reserva de Contingência. Com seus mais de 3,3 bilhões, é a maior destinação dos recursos previstos do Fundo. Supera inclusive a ação de empréstimo com seus pouco mais de 1,4 bilhões, que em termos patrimoniais não é uma despesa. Portanto, a Reserva de Contingência representou um bloqueio orçamentário na ordem de 59,9% do orçamento total do Fundo, incluindo a ação de empréstimo.

Neste trimestre, da dotação disponível para utilização, excetuando-se a Reserva de Contingência e a Ação de Empréstimo, foi de aproximadamente 851 milhões. Deste total, foram empenhados aproximadamente 100% da dotação disponibilizada.

Na UO 74910, toda a dotação disponibilizada para aplicação em empréstimo à Finep, mais de 1,4 bilhões, foi empenhada, liquidada e paga no exercício.

12.3. Restos a Pagar

Do total de cerca de 443 Milhões de Restos a Pagar Processados e Não Processados do início do exercício, aproximadamente 377 milhões, 85%, foram pagos ou cancelados neste exercício.

Do saldo de restos a pagar, destaca-se que 83%, são referentes a Restos a Pagar Não Processados.

Conforme já destacado no item 9, a subutilização dos recursos do FNDCT está conduzindo o Fundo a uma condição de drástica redução de projetos apoiados.

Para se ter uma dimensão desta redução, os saldos de restos a pagar não processados e processados que migrarão para o próximo exercício somados ao saldo remanescente de restos deste exercício, atingem o montante de 261 Milhões de Reais. Se levarmos em consideração que a arrecadação **anual** do Fundo ultrapassou 6 Bilhões de Reais, percebe-se uma pequena aplicação de recursos do Fundo em projetos de pesquisa.

Se não houver um aumento na aplicação de recursos em projetos voltados aos ICT's, Universidades e Fundações, em breve, teremos um Fundo que na sua quase totalidade estará voltado à aplicação nos projetos de inovação nas empresas com recursos oriundos da ação de empréstimo, através da Finep.

[Retorno ao sumário](#)

13. Atos Potenciais e Controle de Prestação de Contas

O FNDCT em 2019 movimentou 2971 convênios e subvenções resultando ao final do exercício na seguinte composição:

Quadro 15 – Convênios (detalhados por situação)

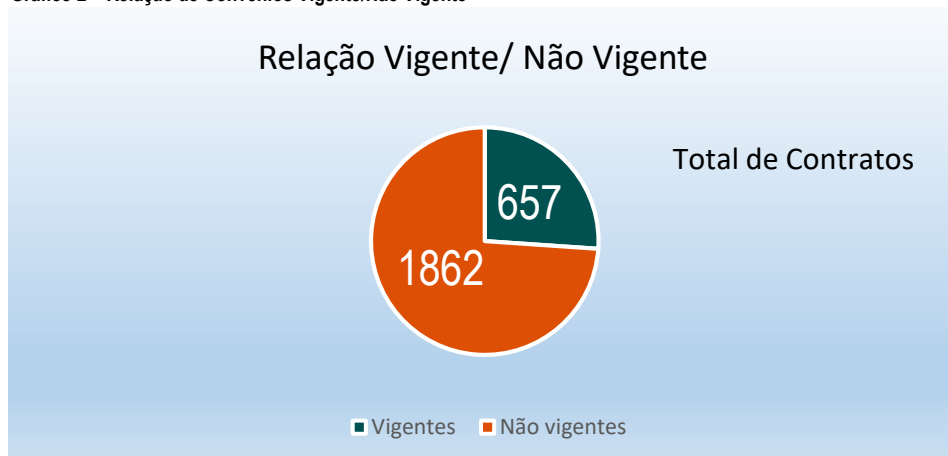
Composição de Convênios	Quantidade	Em Valor (R\$)
Concluídos em 2019	450	916.289.116,88
Inadimplentes	191	270.678.336,21
Cancelado	2	7.221.330,60
Adimplentes	2328	5.684.326.156,65
Total	2971	6.878.514.940,34

Fonte: SIAFI, 2019.

Desta carteira total, ficaram como não concluídos 2.519 contratos sendo 191 inadimplentes e 2.328 adimplentes conforme demonstrado acima.

Deste montante de 2.519, encontram-se em estado de prestação de contas 1.862 (não vigentes) e em condição de “em execução” 657 (vigentes).

Gráfico 2 – Relação de Convênios Vigente/Não Vigente



Fonte: SIAFI, 2019.

13.1. Atos Potenciais Passivos (Análise dos Contratos Vigentes)

Inicialmente, analisando os 657 contratos vigentes, estes são os responsáveis pelo resultado do Quadro das Contas de Compensação - Atos Potenciais Passivos, no Balanço Patrimonial.

No quadro do Balanço Patrimonial de Atos Potenciais Passivos temos a necessidade de realizar uma correção no real valor devido pelo FNDCT em compromissos já assumidos. Para uma análise mais precisa do valor dos compromissos já contratados pelo FNDCT retiramos da base utilizada pelo SIAFI todos os contratos cuja vigência já esteja vencida, e que, portanto, não terão valor a liberar mesmo que assim esteja contabilizado.

Deste trabalho geramos o seguinte quadro:

Quadro 16 – Atos Potenciais Passivos

ATOS PASSIVOS TED E TRANSFERÊNCIA		
Prazo Final	Quant. Contratos	Valor Passivo
2020	250	284.506.714,53
2021	121	200.583.482,07
2022	52	144.702.934,99
2023	33	204.780.682,26
2024	1	11.492.480,00
Total	457	846.066.293,85
Projetos Excluídos por estarem em prestação de contas	21	66.778.639,35
Total Atos Passivos (Balanço Patrimonial)	478	912.844.933,20

Fonte: SIAFI, 2019.

Assim, o real valor de Atos Potenciais Passivos, ou seja, compromissos assumidos pelo FNDCT monta mais de R\$ 846 milhões referentes a 457 contratos de convênios, subvenções e TED.

Concluindo a parte da análise dos contratos em vigência dos convênios e subvenções, dos 657 existentes, 457 ainda tem valor a liberar e 200 apesar de ainda estarem vigentes, já tiveram todo o seu valor contratado liberado.

13.2. Atos Potenciais Ativos

Já a análise dos Atos Potenciais Ativo, temos os saldos com os TED's com valores a receber e aqueles ainda em prestação de contas. O FNS é o maior parceiro do FNDCT com projetos de inovação em produtos estratégicos para o SUS.

Quadro 17 – Atos Potenciais Ativos

	Transferência - Concedente		Final Vigência	Saldo R\$
ED677226	135046	EMBRAPA/SGE-EFI	SET/2016	5.000.000,00
ED682109	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	SET/2018	846.446,89
ED688491	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	DEZ/2020	28.809.688,60
ED692205	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	AGO/2019	53.141.640,67
Total				87.797.776,16

Fonte: SIAFI, 2019.

13.3. Prestação de Contas (Análise dos Contratos não Vigentes)

A respeito dos 1.862 contratos não vigentes, estes tratam-se de nosso passivo de prestações de contas não encerradas. A FINEP, no seu papel de Secretaria Executiva do FNDCT, tem realizado esforços para equacionar este passivo. Estes esforços são acompanhados pelos órgãos de controle – CGU e TCU.

Uma ressalva importante a ser feita no âmbito da análise destes números, se refere ao Acórdão TCU 3235/17, que determinou a reabertura de 1665 convênios encerrados, devido a inconsistências apuradas pelo Tribunal nos métodos utilizados para estes encerramentos. Dessa forma, ocorreu um aumento significativo no número de convênios não vigentes. Das 452 prestações de contas concluídas, 233 se referiram a conclusões de convênios reabertos sob a égide do Acórdão e 219 foram conclusões de convênios fora do escopo do Acórdão.

Existem diversas formas de análise de nosso estoque de prestações.

Ao analisarmos a carteira de não vigentes, considerando o ano de término do contrato e de valores a serem aprovados, temos a seguinte composição:

Quadro 18 – Detalhamento dos Convênios Não Vigentes

Análise do Controle de Convênios	Quantidade	Percentual	Valor R\$
Anteriores 2000	16	0,9%	12.136.762,44
2001 a 2005	263	14,1%	130.630.606,04
2006 a 2010	918	49,3%	708.020.309,20
2011 a 2015	259	13,9%	589.745.281,57
2016	54	2,9%	109.508.610,01
2017	64	3,4%	81.798.721,47
2018	114	6,1%	180.988.669,17
2019	174	9,3%	376.780.816,51
Total	1862	100%	2.189.609.776,41

Fonte: SIAFI, 2019.

Concluindo esta análise do passivo de prestação de contas, acrescentamos ainda a informação de que dentro destes 1.862 contratos, 178 já se encontram em Tomada de Contas Especial tendo, portanto, seu processo de prestação de contas concluído quanto sua análise.

[Retorno ao sumário](#)

14. Tomada de Contas Especial

Por fim, completando a análise dos convênios não vigentes, temos ainda dentro deste grupo aqueles que se encontram em estado de **“Tomada de Contas Especiais - TCE”**.

Estas TCE's geram registros no ativo, bem como em contas de controle. No intuito de darmos uma visão geral dos processos de TCE, tratamos de forma conjunta estes registros.

A separação entre dano ao patrimônio de crédito administrativo e dano ao patrimônio decisão TCU, deve-se a diferenciação entre aquelas que foram julgadas pelo TCU e aquelas que por limitação do valor do dano estão em recuperação através de processo administrativo interno.

Quadro 19 – TCE Consolidado

Distribuição de Registro de TCE	Quant.	Valor (R\$)
Diversos Responsáveis em apuração - (Controle)	4	12.345.934,98
Diversos Responsáveis apurados - enviado ao TCU (Controle)	125	167.073.828,67
Cred. por dano ao patrimônio de crédito administrativo	27	2.088.667,80
Cred. por dano ao patrimônio - decisão TCU	22	53.869.642,00
Total	178	235.378.073,45

Fonte: SIAFI, 2019

[Retorno ao sumário](#)

15. Partes Relacionadas

A Secretaria Executiva do FNDCT - FINEP aprovou no exercício de 2017 a sua Política de Partes Relacionadas. De acordo com o referido normativo, são consideradas partes relacionadas se uma entidade tiver o poder de controlar a outra entidade ou de exercer influência significativa sobre a outra entidade nas decisões financeiras e operacionais ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas ao controle comum.

Dentro do escopo desta definição, o FNDCT identificou a necessidade da evidencição das informações relacionadas de duas entidades, são elas:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP;
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC

A escolha dessas entidades decorre:

- Do controle ou da influência significativa que o MCTIC possui sobre o FNDCT, através de sua atuação no Conselho Diretor do FNDCT;

- Do fato que a ação de empréstimo à FINEP representar 96,5% do patrimônio do FNDCT e da relevância das operações de aplicação em fundo de investimentos, equalização de juros, ressarcimento de despesas operacionais e taxa de administração nos dispêndios do Fundo;
- Pelo impacto nos custos e nas estruturas organizacionais da FINEP devido a execução pela Secretaria Executiva das ações referentes a operacionalização das etapas de execução de Convênios, Transferências de Execução Descentralizada (TED) e Subvenção, a saber: lançamento de editais, gestão orçamentária, contábil e financeira e procedimentos de prestação de contas e tomadas de contas especiais.

FINEP

Em função do prescreve a Lei 11.540/07, (art. 7) a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP exercerá a função de Secretaria-Executiva do FNDCT, cabendo-lhe praticar todos os atos de natureza técnica, administrativa, financeira e contábil necessários à gestão do FNDCT.

Dentro deste fluxo regido por este instrumento legal, destacamos as seguintes operações relacionadas:

Quadro 20 – Relação FNDCT x FINEP

Descrição	Base Legal (Lei 11.540/07)	Valor
Dispêndios		
Despesa de administração até 2% do orçamento	Art. 8º	58.145.000,00
Equalização de encargos financeiros	Art. 12, Inc. I, alínea "a"	266.044.670,84
Empréstimo à Finep	Art. 12, Inciso II	1.412.704.108,00
Aplicação em Fundos de Invest. (Lei 10.332/01)	Art. 12, §1º	25.093.713,79
Ressarcimento de despesas operacionais	Art. 13	31.465.927,78
Recebimentos		
Juros remuneratórios equivalentes à TJLP	Art. 12, §2º, Inciso I	493.516.196,34
Amortização do Empréstimo	Art. 12, §2º, Inciso II	361.047.683,02

Fonte: SIAFI, 2019

Quadro 21 – Recursos Operados pela Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, através do Orçamento Fiscal.

Do Exercício		
Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
851.170.044,02	663.869.425,16	655.694.180,38
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
Inscritos	Liquidados	Pagos
355.231.093,84	209.767.814,31	203.413.962,03
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		
Inscritos		Pagos
87.825.649,65		40.510.057,18

Fonte: SIAFI, 2019

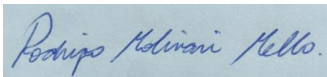
MCTIC

Conforme prescreve a citada lei (Lei 11.540/07) que rege o FNDCT, este será administrado por um Conselho Diretor vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Não somente pelo fato de que o Conselho Diretor será presidido pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, o MCTIC por ser o órgão superior do Executivo a coordenar as políticas públicas relacionadas ao tema, exerce a principal

influência na aprovação do plano de investimento do FNDCT que define onde serão anualmente aplicados seus recursos. Dessa forma, o MCTIC foi o principal ator a definir a utilização da dotação orçamentária disponível (excluindo a Reserva de Contingência e incluindo a Ação de Empréstimo), presente na LOA.

[Retorno ao sumário](#)



Rodrigo Molinari Mello

Gerente do Departamento de Contabilidade do FNDCT

Contador

CRC-RJ - 079218/O-4

CPF 043.064.997-58